

-----ACTA Nº 10/2009-----

-----DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 6 ABRIL DE 2009-----

-----Aos seis dias do mês de Abril de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Pisco dos santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Verificou-se a assistência de público e da imprensa. -----

-----Foi distribuída a acta da reunião de trinta de Março de dois mil e nove por todo o Executivo, para posteriormente ser ou não aprovada.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu o uso da palavra e solicitou que fossem agendados para a próxima reunião os assuntos constantes dos requerimentos que entregou ao Senhor Presidente e que a seguir se transcrevem: -----

----- **"Pedro Pisco dos Santos**, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentar a seguinte proposta:-----

-----I - DOS MOTIVOS DA PROPOSTA-----

-----Os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto

Nacional de Estatística permitem concluir que há famílias, residentes no Concelho de Almeirim, que vivem numa situação de precariedade habitacional, dado que não conseguem suportar o custo dos valores das rendas praticadas no mercado imobiliário de Almeirim.-----

-----A par disso, o parque habitacional do Município de Almeirim para efeitos sociais e de realojamento não se encontra dimensionado para as necessidades reais do Concelho de Almeirim. Prova evidente desta situação é o facto de estar previsto há vários anos a construção de habitação social no Concelho - previsto em vários orçamentos do Município desde 2005 -, sem nunca tenha sido executado pelo Partido Socialista.-----

-----Neste contexto, e em contrapartida à construção de habitação social por parte do Município, que não tem capacidade de resposta a curto prazo, a Câmara Municipal de Almeirim poderia fomentar a habitação e a fixação de pessoas no Concelho, permitindo estimular o arrendamento no Concelho de Almeirim, **dado que as habitações desocupadas ascendem a 1.700 fogos (censo de 2001).**-----

-----A aprovação do **regulamento permitiria apoiar as famílias com dificuldades económicas e simultaneamente estimular o mercado do arrendamento no Concelho de Almeirim**, contribuindo, por esta via, para a reinserção social e combate a degradação da qualidade vida dos munícipes.-----

-----II - ENQUADRAMENTO LEGAL -----

-----As alíneas h) e i) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, prevê que os Municípios dispõem de atribuições na área da acção social e habitação respectivamente, pelo que a presente proposta insere-se naquele quadro legislativo.-----

-----Por sua vez, as alíneas d) e e) do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, prevê que compete à Câmara Municipal de Almeirim **«fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social»** e ainda **«propor e participar na viabilização de programas de recuperação ou substituição de**

habitações degradadas, habitadas pelos proprietários ou por arrendatários». -----

-----III - ÂMBITO DA PROPOSTA-----

-----O regulamento tem por objectivo determinar a atribuição de apoio económico ao arrendamento de habitações a estratos sociais desfavorecidos, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação social, ou outro imóvel municipal destinado à habitação.-----

-----O subsídio de arrendamento é atribuído pelo período de um ano, eventualmente renovável até ao máximo de cinco anos, podendo ser ajustado sempre que se verifiquem alterações dos rendimentos do agregado familiar, ou nos elementos instrutórios do respectivo processo.-----

-----Relativamente aos cidadãos com título de permanência a continuidade da atribuição do subsídio está condicionada à apresentação de título válido.-----

-----O subsídio de arrendamento atribuído a munícipes com idade superior a 65 anos, não está sujeito ao limite máximo de cinco anos.-----

-----Os rendimentos ilíquidos a considerar para o cálculo do rendimento mensal ilíquido serão, quando existam, designadamente os seguintes:-----

-----Remunerações, suplementos salariais, prestações e benefícios sociais ou outras remunerações do trabalho, subordinado ou independente, incluindo subsídio de férias de Natal, horas extraordinárias ou prémios;-----

-----Rendimentos de prédios rústicos e ou urbanos;-----

-----Rendas temporárias ou vitalícias;-----

-----Pensão de reforma de aposentação, velhice, complementar, invalidez, sobrevivência, social ou outras;-----

-----Rendimentos da aplicação de capitais;-----

-----Rendimentos resultantes do exercício da actividade agrícola, comercial ou industrial;-----

-----Rendimento Social de Inserção;-----

-----Outros rendimentos-----

-----Por sua vez, a atribuição do subsídio ao arrendamento dependerá da verificação das seguintes condições:-----

-----Ser cidadão nacional ou cidadão com título de permanência válido em território nacional;-----

-----Residir na área do Município de Almeirim há, pelo menos, 5 anos ininterruptamente;-----

-----Estar recenseado no Município de Almeirim;-----

-----Não ser proprietário ou usufrutuário de casa de habitação ou titular de direito de habitação (uso e habitação);-----

-----O arrendatário ou qualquer elemento do seu agregado familiar, não deverá ter qualquer tipo de parentesco com o senhorio;-----

-----A atribuição do subsídio ao arrendamento deverá tomar em consideração os rendimentos mensais (por ex: valor referência ao salário mínimo nacional (smn)), o número de elementos do agregado familiar e a tipologia do fogo.-----

-----Assim:-----

-----Ao abrigo do disposto no artigo 112.º, n.º 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, alíneas h) e i) do n.º 1 do artigo 13.º e alínea d) e e) do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e ainda o disposto no n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe o seguinte:-----

-----a. Elaboração de Proposta de Regulamento de Atribuição de Subsídios ao Arrendamento;-----

-----b. As condições de atribuição do subsídio deverão ser determinadas com base no proposto ponto III da presente proposta;-----

-----c. A Divisão de Habitação e/ ou o Gabinete de Acção Social deverá(ão) fornecer ao Executivo Municipal número de fogos arrendados, tipologia/renda e fogos desocupados, propriedade do Município de Almeirim;-----

-----d. A Câmara Municipal de Almeirim deverá solicitar às Juntas de Freguesia informação sobre os fogos destinados à

habitação social nas respectivas Freguesias, nos termos da alínea anterior,-----

-----e. Em função dos dados recolhidos nas alíneas c) e d), a Câmara Municipal de Almeirim deverá também analisar **a possibilidade de adquirir fogos de habitação em direito de superfície para posterior arrendamento**, caso as habitações disponíveis não seja suficientes para o número de agregados familiares em dificuldades económicas;-----

----- f. A Divisão de Urbanismo e o Gabinete de Acção Social, em coordenação com o Gabinete Jurídico, deverão apresentar a proposta de Regulamento no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aprovação da presente proposta e ainda estudo quanto à aquisição de fogos de habitação em direito de superfície."-----

-----" **Pedro Pisco dos Santos**, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do n.º 1 do artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda o artigo 7.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, solicitar a V. Exa. o agendamento do seguinte ponto:-----

-----**PONTO ÚNICO: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES À LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE ALDESC, E.M.**-----

-----No âmbito da apreciação e discussão do ponto acima identificado, solicita-se V. Exa. a presença do Fiscal Único e do Revisor Oficial de Contas para prestar esclarecimentos quanto ao processo de liquidação.-----

-----Solicita-se a V. Exa. cópia do registo definitivo da liquidação da sociedade ALDESC, E.M., o qual foi apresentado na Conservatória do Registo Comercial de Alpiarça."-----

-----O mesmo Vereador disse que na última reunião pediu um conjunto de esclarecimentos relativos à lenha que foi cortada das árvores da autarquia, e que por si e pelo Partido Social Democrata o assunto está encerrado. Os esclarecimentos pretenderam clarificar a situação e defender o interesse

público, dado que os factos ocorridos são susceptíveis de um ilícito criminal, bem como o facto do Vereador José Carlos Silva estar impedido legalmente de celebrar em nome da Câmara qualquer negócio com familiares seus.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu o uso da palavra e disse: "Primeiro queria saber se foi o Senhor Presidente que deu autorização à Empresa Águas do Ribatejo para montar um estaleiro na Zona do Pórtico de Paço dos Negros; Segunda questão tem a ver um pouco com a última reunião Câmara, foi-nos explicado que a lenha advém do corte de árvores da Rua Condessa da Junqueira mas se formos consultar o Portal do Governo vemos que foi feito um ajuste directo com a empresa Tecnogarden e a Autarquia. -----

-----Em terceiro lugar quero referir que em várias reuniões tenho chamado a atenção no sentido de resolver um problema que poderá constituir um perigo para as crianças, que é o facto das duas entradas dos prédios Alfa representarem um risco. Gostaria de saber se após várias vezes e várias chamadas de atenção ainda não tenha sido resolvido o problema. Considero que as entradas consubstanciam um perigo e que deveria ser resolvido com brevidade, ou se é preciso chamar a televisão para alertar da situação. -----

-----A quarta questão tem a ver com ambiente - descobri que o Vereador Pedro Ribeiro na folha do ambiente que envia junto com a factura da água apresenta um conjunto de erros, e fiquei contente em saber que no dia Mundial da Floresta foram plantadas árvores. Queria ainda informar os interessados sobre a resposta dada pelo Governo ao Grupo Parlamentar "Os Verdes" onde é referido pelo Ministro da Agricultura que entrou um pedido para abate de sobreiros em onze de Fevereiro de dois mil e nove, que esse pedido foi feito pela Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, depois foi também perguntado se a actual plantação de oito mil sobreiros pode servir de compensação aos sobreiros abatidos."-----

-----A Autarca oradora disse: "Gostava que me respondessem às questões que coloquei."-----

-----O Vereador Pedro Pisco dos Santos ofereceu dois livros para a Biblioteca Municipal relativos à temática "Aviação Civil - Acordos e Convenções Internacionais".-----

-----O Senhor Vereador José Carlos Silva ficou encarregue de entregar os exemplares.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte intervenção, da qual me entregou cópia e que a seguir transcrevo:-----

-----"Depois de anunciar que iria solicitar à IGAL parecer sobre o apoio judiciário a que suponho ter direito, vou citar o Jornal "O Mirante": "O presidente da Câmara de Almeirim pediu a intervenção dos inspectores da IGAL (Inspeção-Geral da Administração Local), que estão a proceder a uma fiscalização ordinária à autarquia, no caso do apoio jurídico ao vereador eleito pelo PS, Francisco Maurício, mas com quem está incompatibilizado. Sousa Gomes (PS) quer ver esclarecido se o vereador tem direito a receber da autarquia as despesas que tem com um processo que intentou contra a própria câmara no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL).-----

-----Obviamente que os Inspectores da IGAL devem-no ter mandado dar uma volta e recorreu ao sempre solícito Dr. Vítor Batista que lhe forneceu duto parecer, de que tomei conhecimento através do jornal "O Mirante" de seis de Fevereiro:-----

-----"O consultor jurídico da Câmara de Almeirim considera num parecer que o vereador Francisco Maurício, eleito pelo PS mas incompatibilizado com o presidente da autarquia, não tem direito ao apoio judiciário no processo que moveu contra o próprio município. O vereador requereu à câmara o pagamento de dois mil seiscentos e sessenta e oito euros de custos com advogado e despesas de tribunal ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais. Mas o jurista Vítor Batista realça que a acção para suspender a decisão do executivo de permitir a construção de um estabelecimento prisional no concelho, foi interposta pelo vereador na qualidade de cidadão e não na qualidade de vereador."-----

-----Depois de eu lhe ter provado com o despacho do próprio Juíz logo na primeira página da sentença, onde o Excelentíssimo Juíz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, não confundir com o Ministério Público junto deste Tribunal, "coisa" que como se sabe é muito do agrado do senhor presidente, dá a resposta a esta questão:-----

-----... **veio Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador da Câmara Municipal de Almeirim...**-----

-----Isto é, o Excelentíssimo Juíz do Tribunal Administrativo e Fiscal já se pronunciou sobre a minha legitimidade e sobre a qualidade em que apresentei a referida queixa. -----

-----Quanto a mim só deveria deixar de me continuar a coagir financeiramente com este assunto e mandar efectuar o pagamento, mas qual quê, na falta de legitimidade legal resolveu solicitar cobertura política à Assembleia Municipal que servilmente e sem sequer se informar do sucedido, ainda lhe vai fazendo estes favores que, de facto não lhes dão qualquer prestígio enquanto órgão regulador da actividade camarária e em última análise dos interesses supremos do Concelho, mas enfim são "posturas" da responsabilidade de cada um.-----

-----Vem tudo isto a propósito de lhe lembrar que aguardo a decisão deste Executivo sobre a matéria para poder recorrer superiormente.-----

-----Recordo-lhe que este assunto já esteve agendado por duas vezes, tendo na última retirado o assunto da O.T., a fim de permitir a presença do Dr. Vítor Batista, por solicitação da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----**2 - Substituição em Reunião de Câmara de trinta de Março.**-----

-----Para que fique em acta comunico que no dia vinte e seis de Março de dois mil e nove, solicitei a minha substituição na Reunião de Câmara de trinta de Março, por motivos de saúde, o que não foi respeitado pelo sr. Presidente da Câmara.-----

-----**3 - Reunião da Assembleia de Freguesia das Fazendas de treze de Março.**-----

-----Fui assistir à esclarecedora Reunião da Assembleia de



Freguesia das Fazendas de treze de Março. O que vi e ouvi merece-me alguns comentários:-----

-----É completamente falso que tenha sido cumprido um "período de discussão pública da construção do Estabelecimento Prisional de Vale do Tejo, por parte da Câmara Municipal de Almeirim", não houve nenhuma discussão pública, não esteve disponível qualquer relatório ambiental, ou parecer da comissão de acompanhamento ou da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, os demais pareceres eventualmente emitidos, sobre a proposta de desanexação, suspensão parcial, do Plano Director Municipal de Almeirim. -----

-----Não foi dado cumprimento ao disposto no artigo 10.º, n.º 4, da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto. Aliás como é do conhecimento de V. Exa, a Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, pela primeira vez pronunciou-se sobre este assunto no dia treze de Março de dois mil e nove, sendo que o resultado da votação, dos treze membros da Assembleia de Freguesia, foi de seis votos a favor (46,15%) quatro votos contra (30,77%) e três elementos do PS (23,08%) recusaram-se a comparecer nesta votação. ONDE ESTÁ A TÃO FALADA UNANIMIDADE? Não será antes uma minoria "com compromissos ainda não esclarecidos? Ou por outro lado podemos CONCLUIR, por ser esta a VERDADE que uma grande MAIORIA, mesmo dos autarcas estão CONTRA.-----

-----Foi, também esclarecedora a intervenção do Sr. Secretário da Junta que afirmou que brevemente será assinado um novo protocolo, esse sim onde serão garantidas as enormes contrapartidas para todo o nosso Concelho. Fico a aguardar com alguma ansiedade a elencagem de todos esses benefícios e faço desde já votos para que fique salvaguardado nesse protocolo, que não sucedam coisas como as referidas no Correio da Manhã pela voz de Jorge Alves, presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional.-----

-----**Dentro da cadeia de Alcoentre roubam telemóveis aos funcionários e fora dela assaltam as casas dos guardas prisionais. E não só. Os presos em Regime Aberto Virado para o**

Interior (RAVI) "também assaltam residências das pessoas que vivem nas imediações da cadeia", adianta ao CM Jorge Alves, presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional. Ainda na última quarta-feira, a vítima foi uma subchefe da guarda. Assaltaram-lhe a casa e roubaram--lhe objectos em ouro e um telemóvel, material que já foi apreendido dentro do estabelecimento. É lá que são transaccionados os artigos furtados. "Só não conseguiram encontrar o ship do telemóvel", conta Jorge Alves.-----

-----O assalto foi cometido por um recluso que cumpre pena por tráfico de droga. "E foi apanhado a consumir", refere o dirigente sindical, confirmando que o homem deixou de gozar do RAVI. Este tipo de regime possibilitava-lhe sair da cadeia e trabalhar nas hortas ou em pequenas reparações nas imediações da cadeia. Foi durante umas obras, quando saiu da prisão na companhia de mais dois reclusos, que o homem assaltou a casa da subchefe. "Eles saem da cadeia e não há vigilância. O guarda só vai levá-los e buscá-los, deixando-os entregues a si mesmos", lamenta Jorge Alves.-----

-----Os roubos estão a preocupar os guardas e funcionários de Alcoentre. "Isto chegou a um ponto que eu, guarda prisional, tenho medo, por mim e pelos meus filhos", disse um guarda, recusando identificar-se. A Direcção-Geral dos Serviços Prisionais confirmou ao CM "o furto de um telemóvel".-----

-----"RECLUSOS NÃO TÊM REVISTA"-----

-----A cumprirem pena no Regime Aberto Virado para o Exterior, os reclusos de Alcoentre saem todos os dias da cadeia para prestarem serviço comunitário. "Trabalham nas limpezas, para a Câmara de Almeirim ou na base da Ota e quando regressam não são revistados", revela um guarda prisional. O mesmo garante que "ninguém sabe o que há dentro da cadeia, pois ninguém controla o que os presos trazem". E no local onde trabalham também ninguém os vigia. "Há até alguns que, às vezes, passam a noite fora.----

-----Jorge Alves, do sindicato dos guardas prisionais, confirma e adianta que, há noite, muitos saem da cadeia. "Como? Há só um

guarda para todos", esclarece, lembrando que os reclusos pernoitam num pavilhão a um quilómetro do edifício central. Para a Direcção dos Serviços Prisionais "as brigadas de trabalho são alvo de controlo e revista adequados e os reclusos em regime aberto, após o encerramento nocturno, são vigiados".-----

-----Pela voz do senhor secretário da Junta fiquei também a saber que esta só assume a responsabilidade pelo acto jurídico de ceder os 42, 47, ou 62 ha ao Ministério da Justiça. -----

-----Está enganado o senhor secretário da Junta, Vossas Excelências são co-responsáveis, juntamente com o Presidente da Câmara, pelo maior atentado alguma vez perpetrado contra o nosso Concelho, com consequências desastrosas, de que, aliás, penso que já começaram a ter consciência, mas de cuja responsabilidade nunca se irão conseguir demarcar, como já há indícios de começarem a tentar fazer. -----

-----**4 - Visita à Herdade dos Gagos**-----

-----Sábado, vinte e um de Março - Dia da Árvore - fui, mesmo sem ser convidado, assistir na qualidade de autarca a uma encenação digna de registo e ao melhor nível das organizações salarazentas de triste memória, que julgava não veria acontecer no meu Concelho. Recordo que já passaram trinta e cinco anos sobre o 25 de Abril.-----

-----A propósito da construção da "prisão de Almeirim" a Junta de freguesia de Fazendas, patrocinou uma visita à herdade dos Gagos. Tomei conhecimento deste facto na Assembleia de Freguesia de treze de Março.-----

-----A intenção desta visita, destinada a autarcas, a deputados e à Quercus era a de explicar como é que a junta está a proceder à plantação de sobreiros para substituir aqueles que vão ser abatidos na zona onde, supostamente está proposta a construção da prisão.-----

-----Toda a intervenção está a ser efectuada apressadamente, sem qualquer rigor técnico e científico, de qualquer maneira e fora da lei.-----

-----Todo o segredo inicial e as promessas enganadoras, foram

substituídas por um contínuo atropelo à lei e ao mais elementar bom senso, não se sabe bem em nome de quê.-----

-----A visita dos autarcas ao local transformou-se numa excursão eleitoral patrocínada pelo erário público para figurantes que, me pareceu, nem sabiam ao que iam. Quanto a mim não poderiam estar ali, foi mais um atropelo aos srs. Vereadores que nem convite receberam, certamente por falta de tempo, tempo esse que sobrou para arregimentar à boa maneira do antigo regime os figurantes necessários para aquela farsa.-----

-----Foram passear e fazer número e nunca chegaram a perceber o que é que se passava, pois o Sr. Presidente da Junta, como lhe competia, deveria ter dado as explicações que motivaram a visita e pura e simplesmente não o fez. Entende-se porquê, é que não é possível explicar o inexplicável.-----

-----A recusa sistemática em discutir seriamente este assunto que, persistem teimosamente em levar a cabo, apoia-se num servilismo imposto que não faz parte das regras democráticas e não estará nos princípios do próprio Partido Socialista que se deve envergonhar com estas posturas.-----

-----Faço votos para que a Justiça, apesar de todos os constrangimentos mais recentes, funcione e reponha a legalidade de todos os inúmeros atropelos verificados.-----

-----**5 - Estaleiro**-----

-----A Ecoedifica "aparece" a construir o "saneamento de Paço dos Negros" e vai instalar o seu estaleiro de obras na área circundante ao Paço de Paço dos Negros, conforme se pode ler no Almeirinese.-----

-----In "O Almeirinese", Empresa monta estaleiro em cima do Paço Real-----

-----É o que está a acontecer em Paço dos Negros, com a instalação de um estaleiro de obras em cima do Paço. Penso que não há nenhuma pessoa de bem em Almeirim, e no concelho, que consiga defender o crime que se continua a praticar no Paço Real da Ribeira de Muge. A Decisão do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) DRL/DS-99/3(17), de 27-7-2005, foi

aquele conjunto architectónico, após pedido da Câmara para que fosse classificado pelo IPPAR, de Interesse Público ou de Interesse Nacional, entregue por este à Câmara de Almeirim para classificação como de Interesse Municipal. Assim: «o Conjunto do Paço Real dos Negros, incluindo uma azenha e terrenos confinantes, junto à ribeira de Muge.» Hoje já se sabe mais deste conjunto. Já se descobriu a Capela de São João Baptista; nos terrenos anexos, os muros da Cerca do Pomar Real, os muros e fundações preexistentes ao Paço, documentados, desde o Paço até à ponte Romana. No capítulo documental, a escritura do Paço, a Real Capela de Nossa Senhora da Graça, todos os almoxarifes reais, uma centena de monteiros, os escravos: como habitavam em palhotas, quantos eram (escravos, em 1529), de onde vieram, o nome de alguns deles, incluindo o famoso Rei Preto; Gil Vicente que aqui vinha beber inspiração para as suas obras, a história (e arquitectura) dos moinhos da ribeira de Muge, as vicissitudes e passagens de titular por que passou o Paço ao longo dos séculos. E o que vemos nós. Os responsáveis, eu diria ignorantes ou maldosos, da Câmara de Almeirim, fazendo tábua rasa de tudo isto. Como se não bastasse toda a delapidação que vêm fazendo ao longo dos últimos anos, vêm agora selvaticamente arrasar o muro nas traseiras do Paço, que o separava do Pomar, e que atravessando a estrada actual seguia até ao cimo do cabeça, e que pode ser a prova do local onde habitaram os escravos, como nos diz Henrique Leonor Pina, nas suas palhotas de barro e pau a pique, pois, à excepção do Paço e do Pomar todo o terreno é inundável, só ali poderiam ter sido erguidas as habitações dos escravos. Foram ali encontrados achados em meados do século passado, quando foi feita a estrada. Sei que estes aspectos históricos e de respeito pela nossa cultura, por nós próprios, nada dizem a quem por ignorância ou por malvadez, não se respeitam a si próprios, só parece quererem provocar quem quer o progresso, e ama a sua terra. Quem não conhece a sua história, quem despreza a sua história e a sua cultura, não merece o seu futuro.-----

-----Mas o mais interessante é a resposta que mereceu um habitante de Paço dos Negros que ofereceu o terreno para o estaleiro, de modo a que ele não fosse implantado no Paço.-----

-----Vou ler o mail de resposta duma tal Eng<sup>a</sup> Ana Reis, Directora da Obra da Ecoedifica, ao Sr. Aquilino Fidalgo que se dispôs a ceder terreno para instalação do estaleiro, a fim de evitar o crime que estão a cometer.-----

-----'Boa Tarde.-----

-----Venho agradecer a oferta de terreno mas já estamos em terrenos do dono da obra.-----

-----Atentamente -Ana Reis- Direcção da Obra.'-----

-----Sabendo-se que o custo com a implantação do estaleiro está integrado no custo da obra.-----

-----Sabendo-se que o dono da obra é a empresa Águas do Ribatejo.-----

-----Pergunta-se-----

-----1º Será que a Câmara Municipal vendeu algum terreno à empresa Águas do Ribatejo?-----

-----2º Se não vendeu como pode a Ecoedifica ocupar terrenos do dono da obra e gratuitamente?-----

-----3º Se os terrenos são da Câmara como é que a Ecoedifica os está a ocupar?-----

-----4º Quem suporta os custos de electricidade e da água?-----

-----O que é que o senhor presidente da Câmara tem a esclarecer sobre esta situação onde, salvo melhor entendimento, estamos perante uma grave ilegalidade de utilização de um bem público, de forma gratuita, por uma empresa privada."-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que folga que o Senhor Vereador Francisco Maurício já esteja recuperado e disse ficar muito contente por isso. E acrescentou que é sempre um prazer tê-lo por cá. Em vez de usar cinco minutos conforme está previsto no Regimento, usou trinta. Ouviu atentamente e de forma calada. -----

-----Gostaria de falar do aparelhismo Partidário -Referiu que ficou perplexo acerca do que ouviu porque foi referido que um

dos problemas que os presos podem originar são os assaltos, e gostaria de fazer uma pergunta aos presentes, nos termos do acordo que a Autarquia tem acerca de treze anos com o estabelecimento prisional de Alcoentre, se já alguém teve algum problema com os reclusos. Vir falar agora sobre este assunto é uma forma de tentar incutir o medo no povo, contudo acha que em Outubro as pessoas vão ter uma petição maior.-----

-----Relativamente à Empresa Águas do Ribatejo, esta vai permitir fazer alguns milhões de investimentos nas freguesias de Paço dos Negros e Fazendas de Almeirim.-----

-----Quanto à prisão, gostaria ainda de referir que os escuteiros querem fazer ao lado da prisão um campo de escutistas. "Como entendo que os senhores são responsáveis, também eles saberão o que estão a fazer".-----

-----Acrescentou ainda: "Não resisto a um pequeno comentário, o que é que alguns partidos fizeram quando se deitaram abaixo alguns sobreiros para construir um empreendimento de casas de luxo em Benavente."-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Luciano Ferreira Pereira, trinta e nove de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Joaquim Pinheiro Cardoso, dois de dois mil e cinco; Fábio

Manuel Batista da Silva, cento e vinte e nove de dois mil e oito.-----

-----ALINHAMENTO DA RUA AFONSO DE ALBUQUERQUE - Com a presença do Senhor Arquitecto António Forte foi presente a proposta de novo alinhamento requerida por L. Pimenta - Investimentos Imobiliários, Sociedade Unipessoal, Lda, para a Rua Afonso de Albuquerque em Almeirim, solicitando informação acerca da viabilidade de construção de quatro blocos, destinados a habitação e comércio.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse que o projecto apresentado é uma soma de quatro blocos separados, correspondente a quatro artigos matriciais urbanos diferentes, gostava de saber se não se aplica a cada bloco a questão de ocupação de só setenta por cento de área de cada um individualmente, ou se aquilo que é apresentado como uma soma dos quatro se nesse caso não se aplica o artigo referente aos impasses semelhantes a loteamento do Regulamento das Edificações Urbanas, o que obrigaria à cedência de espaço ou à compensação de forma monetária, para equipamentos e espaços verdes.-----

-----O Senhor Arquitecto Forte referiu que segundo o pedido de informação prévia, o prédio é constituído por quatro artigos independentes passíveis de serem edificados individualmente por questões urbanísticas no sentido de vincular a Câmara e o promotor à implementação de um projecto conjunto. "Sugerimos, ao que o promotor atendeu, apresentação de um pedido de informação prévia que salvaguardasse uma imagem conjunta e de continuidade para o projecto de arquitectura dos quatro edifícios".-----

-----Essa imagem de conjunto seria independente da construção que pudesse ser efectuada artigo a artigo, dois em dois artigos ou três em um artigo. O importante seria vincular a ocupação daquela espaço a uma imagem urbana única.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se o pedido de informação prévia vincula a Câmara e o promotor à construção da imagem de conjunto proposta.-----



-----Posta à votação a proposta de novo alinhamento requerida por L. Pimenta - Investimentos Imobiliários, Sociedade Unipessoal, Lda, para a Rua Afonso de Albuquerque em Almeirim, e informação acerca da viabilidade de construção de quatro blocos, destinados a habitação e comércio, foi a mesma aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha que ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me, bem que considero muito interessante para aquela Rua, no entanto, as minhas dúvidas quanto à obrigatoriedade de cedência ou compensação do espaço para equipamentos ou espaços verdes mantém-se, por isso abstenho-me."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse: "Votei a favor porque este projecto vem requalificar aquela Rua e aquela Zona da Cidade, sendo que do ponto de vista a circulação seria útil, caso seja possível, que as entradas e saídas das garagens se fizessem pela Rua Afonso de Albuquerque."-----

-----LOTEAMENTO DE MANUEL CAETANO LOPES - Com a presença do Senhor Arquitecto António Forte, foi presente o processo operação de loteamento urbano para a constituição de cinco lotes destinados a moradias unifamiliares isoladas e geminadas, requerida por Manuel Caetano Lopes e outros, para a Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho, Sacadura Cabral e Padre Eduardo Rodrigues em Fazendas de Almeirim.-----

-----O Senhor Arquitecto Forte esclareceu que é uma divisão do terreno por partilhas, e tem que ser feita uma operação de loteamento. Essa construção não permite a correcção do equipamento para essa Rua, por outro lado não prevê qualquer correcção da mancha de construção, as casas não foram objectos de licenciamento. Perante estas situações a Câmara prevê a compensação não fazendo sentido exigir a cedência.-----

-----Posta a votação a proposta de loteamento acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade, assim como a referida operação de loteamento.-----

-----  
-----  
-----  
**-----5- OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----**

-----CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Senhor Presidente do seguinte teor: " Conjugando o número um do artigo trinta e seis, com o artigo trinta e oito ambos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com os artigos um e cinco do Decreto-Lei número trinta e quatro de dois mil e nove de seis de Fevereiro, com a alínea b) do numero um do artigo dezoito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda da alínea q) do Número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro coma redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, aprovado o Projecto , Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra, como aprovada a decisão de contratar através de procedimento por ajuste directo para a empreitada: 'Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim.'-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pergunta porque é que na proposta apresentada é referido "ajuste directo", dado que o Governo permite a contratação por ajuste público, e que neste caso sejam convidadas três empresas. Gostaria que lhe explicassem a diferença de preço base do ajuste directo, dado que o mesmo foi alterado no decurso do concurso. Acha esquisito que o valor base seja diferente para a construção dos dois Centros Escolares, Almeirim e Fazendas de Almeirim.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que o valor base tem diferença porque é menor a dimensão do que o Centro Escolar de Almeirim. E acrescentou que o ajuste directo tem por objectivo poder convidar empresas que utilizem mão de obra do Concelho. Não pretendem negociar com três empreiteiros para solucionar o que oferece mais benefícios para a Autarquia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pergunta se há financiamento comunitário para construção do Centro Escolar. E acrescenta: "Não percebo porque é que faltando um ano e meio, e há todo o tempo do mundo para a construção do Centro Escolar, se vá apressadamente proceder à sua construção."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor, e o voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:" Abstenho-me pelas seguintes razões: Primeiro parece-me que o valor apontado para a construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim é bem mais razoável do que o valor aprovado para o de Almeirim, e isto quando a área de construção até é superior e quando nessa construção se prevê um ginásio. Considero que é importante e urgente construir este Centro Escolar para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos de Fazendas de Almeirim. No entanto não podia dar o meu voto favorável aos procedimentos aqui apresentados por várias razões:-----

-----Primeiro discordo dos ajustes directos para valores deste tipo.-----

-----Segundo porque discordo da delegação de competências no júri de concurso;-----

-----Terceiro porque considero que hoje não foram aprovados todos os procedimentos necessários e obrigatórios segundo o Código de Contratação Pública e segundo o próprio Decreto-Lei trinta e quatro de dois mil e nove. Por último quero relembrar que o Senhor Presidente tem que trazer a reunião do Executivo e antes de qualquer decisão final, o teor do convite e o nome das três empresas a convidar.-----

-----Para mim ficou claro com os valores apresentados para o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que a história do Centro Escolar de Almeirim é uma grande nebulosa."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Voto contra e faço voto de vencido, em primeiro lugar devido à localização do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, facto que já foi amplamente discutido neste Executivo, e que não consegui que houvesse alteração da sua localização, os acessos são uma miséria e vai ficar longe dos principais equipamentos desportivos da freguesia.-----

-----Depois porque não concordo com o ajuste directo nesta obra, pois o ajuste directo irá levantar suspeições, interpretações complicadas e sobretudo porque vai decorrer em período de três eleições até ao final do ano.-----

-----Não concordo porque há tempo mais que suficiente, falta ano e meio para inicio do ano lectivo dois mil e dez, dois mil e onze que deve ser quando este Centro Escolar vai iniciar a sua actividade e ano e meio é tempo mais que suficiente para levar a cabo o respectivo concurso público que vai decorrer. -----

-----Voto contra e faço voto de vencido porque também não são cumpridos os requisitos estipulados no Decreto-Lei trinta e quatro de dois mil e nove, no respeitante ao convite a três entidades;-----

-----Voto contra e faço voto de vencido contra a constituição do Júri e contra a delegação de competências próprias por motivos mais que um vez utilizados quando é proposto um excesso de competências a um Júri onde não há a participação de qualquer Vereador deste Executivo."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " O Partido Social Democrata vota a favor do lançamento do concurso por entender que a construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim é um equipamento essencial face à densidade populacional existente naquela freguesia e que facilmente se prova face aos censos de dois mil e um.-----

-----Apesar de ter votado a favor deste procedimento e de considerar que o Decreto-Lei trinta e quatro de dois mil e nove, que viabiliza a possibilidade de ajustes directos que é mais um meio que não cria transparências nas decisões da Administração

Pública, faço votos que sejam cumpridos todos os procedimentos previstos na lei, e que na próxima reunião de Câmara possamos conhecer quem são os três convidados a apresentar propostas para a Construção do Centro Escolar."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "A localização deste Centro Escolar foi escolhida de acordo com a Junta de Freguesia por duas razões fundamentais, uma delas por já existir ali uma parcela de terreno propriedade da Junta, outra, por ser uma localização muito mais equilibrada em relação ao desenvolvimento da vila do que as que hoje ocupam os edifícios escolares. -----

-----O recurso ao ajuste directo privilegiando empresas que utilizam mão de obra local, é uma medida de apoio à economia local bem maior do que todas as que têm sido propaladas junto da nossa população. O recurso ao ajuste directo possibilita ainda acelerar a execução de verbas disponibilizadas pelos fundos comunitários."-----

-----CONSTITUIÇÃO DE JÚRI DE PROCEDIMENTO - Foi Presente a proposta do Senhor Presidente como segue: "Ao abrigo do artigo sessenta e sete do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, proponho como membros do 'Júri do Procedimento', para o concurso da empreitada de Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, os seguintes funcionários:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha Pinto;-----

-----Vogal - Luís Alberto Ferreira Leitão;-----

-----Vogal - José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues.-----

-----Suplentes: -----

-----Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----

-----Manuel Caipira."-----

-----Posta a votação à proposta acima indicada, foi a mesma aprovada maioria, com três votos contra e de vencido dos

Senhores Vereadores: Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e quatro votos a favor da bancada do Partido Socialista.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS NO JÚRI - Foi presente a proposta do Senhor Presidente como segue: "Conjugando o número dois do artigo cinquenta com o número dois do sessenta e nove, ambos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso da empreitada de construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim."-----

-----Posta à votação a proposta acima referida, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro votos a favor da bancada do Partido Socialista e os votos contra e de vencidos dos Senhores Vereadores, Francisco Maurício, Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " Voto contra e faço voto de vencido, pelas razões que já venho referindo em algumas reuniões de Câmara designadamente pelo facto do Executivo Municipal deixar de poder acompanhar a marcha do processo do concurso."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de Voto: "Voto contra e faço voto de vencido pelas razões anteriormente indicadas, nomeadamente não reconhecer neste Júri, tal como está composto não lhe conhecer competência para a tarefa que lhe é proposta, mais grave será se tal como no Centro Escolar de Almeirim o Senhor Presidente venha posteriormente propor um dos elementos deste júri para fiscal da obra, criando assim uma situação de promiscuidade francamente indesejável."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "

Nesta Câmara assiste-se a posições muito curiosas, se forem indicados Vereadores para a constituição do Júri, há que Deus que se lançam suspeitas porque se aproximam as eleições, porque pode haver financiamento de campanhas, então é porque os políticos são 'corruptos', se não são nomeados para o Júri há que Deus que deviam ser porque afinal não se demonstra confiança na competência dos funcionários nomeados. Quero aqui reiterar a minha confiança nos trabalhadores da Câmara que são indigitados para o desempenho das mais variadas tarefas, incluindo a constituição de júris."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: " Voto contra e faço voto de vencido e para além disso quero emitir um voto de esperança que este Júri não venha, como fez no concurso do Centro Escolar de Almeirim, alterar o valor base após o convite."-----

-----**2- PESSOAL**-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara deliberou conceder tolerância de ponto ao pessoal, na manhã de quinta-feira santa, dia nove de Abril, sem prejuízo da manutenção dos serviços essenciais, atendendo a que o Governo já concedeu a tarde do mesmo dia.-----

-----**3- DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder a seguintes transferências: Secção Desportiva dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, um euro e meio por pessoa para almoço de seiscentos participantes na prova de btt; não participou nesta votação o Senhor Vice-Presidente por se considerar legalmente impedido; Duzentos euros ao Grupo de Enfermeiros que frequenta o segundo Programa Liderança para a Mudança que pretende apoiar à formação e experiência adequadas para actuar em cenários de catástrofe; Comité Português para a UNICEF, para oitenta latrinas familiares - cento e trinta e três

euros.-----  
-----  
-----TOPONIMIA - Sob proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade atribuir à actual Rua D da Urbanização de São Roque em Almeirim, o nome de Moita Macedo, artista plástico e poeta nascido em Benfica do Ribatejo.-----  
-----  
-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, dando conta que Vera Lúcia Silva Santos, vive só, dado que os pais faleceram e encontra-se desempregada sem meios monetários para pagar as facturas de água e luz, cujo valor total é de sessenta e cinco euros e oito cêntimos.-----  
-----Atendendo à informação dos serviços sociais, a Câmara deliberou pagar a importância acima indicada.-----  
-----  
---DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de Banco Espírito Santo, S. A. Sociedade Aberta, solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície correspondente à fracção autónoma designada pela letra "F" a que corresponde o segundo andar esquerdo do prédio urbano sito no Impasse da Rua das Milheiras e Rua de Alpiarça, lote doze, freguesia e concelho de Almeirim.-----  
-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----  
-----  
-----PERÍODO DO PÚBLICO - O Senhor Presidente perguntou à assistência se havia alguém que quisesse usar da palavra.-----  
-----Usou da palavra o Senhor Manuel Lucas que pediu a atenção do Executivo para as seguintes situações:-----  
-----Duas sarjetas na Rua do Paço que necessitam ser rectificadas; as paredes da Biblioteca Municipal estão a apodrecer devido a infiltrações; os enleios no jardim da Biblioteca necessitam ser postos em cima das coberturas de ferro



criadas para o efeito; perguntou se o prédio que pertencia ao Dr. Torrão Santos e que agora foi comprado por um construtor, pode sofrer alteração à fachada; que o trabalho feito na Vala Real de Almeirim está com uns buracos que precisam de touvenant; a entrada da água da Compal para a Vala Real pode constituir perigo; na Rua de Alpiarça há umas tílias sem caldeiras e a água para as regar não fica junto ao pé; recuperação da Fonte de São Roque e zona envolvente; enaltece o trabalho do Executivo na fachada exterior do Instituto da Vinha e do Vinho, contudo o seu interior está muito degradado e sugere que a Autarquia vá junto das entidades competentes tentar recuperar aquele edifício para um futuro museu; a fonte no Largo sito na Praça Lourenço de Carvalho precisa de levar cimento onde saiu água, junto aos restaurantes existe um chafariz que não tem torneira, sugere a sua retirada ou a colocação da torneira, na medida em que as pessoas que frequentam aquele espaço procuram o fontanário para saciar a sede; deixa um recado à Senhora Vereadora Manuela Cunha do seguinte teor: Gostaria que o Partido "Os Verdes" ganhassem por maioria para poder viver no paraíso'."-----

-----O Senhor António Brites que disse: " Porque motivo as reuniões de Câmara não são gravadas; saiu nos jornais que famílias ricas tinham ganho subsídios nas Fazendas de Almeirim e pergunta se já existem resultados sobre o inquérito; a hora do planeta vinte e trinta, vinte e uma e trinta, um dos edifícios era as piscinas, porque que motivo estavam as luzes ligadas; porque é que a final do INATEL vai ser realizada nas Fazendas de Almeirim e porque é que Benfica não concorreu a essa final ou até Paço dos Negros e por fim pergunta ao cidadão Sousa Gomes se quer subscrever a petição on-line contra o arranque dos sobreiros."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das

senhas de presença.-----

-----

-----

-----Às dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente declarou  
encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo da Câmara  
Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e  
subscrevi.-----

----Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_ A Assistente Administrativa

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_